

Pobre de plantar a própria comida: a agricultura em uma comunidade quilombola da serra gaúcha (Muitos Capões/RS)

Acácio Garcez Carneiro¹

Resumo: Este artigo busca promover reflexões sobre a forma pela qual a comunidade remanescente de quilombo Mato Grande enxerga o trabalho agrícola, considerando as transformações ambientais e econômicas promovidas pela Revolução Verde. Pela história oral, buscou-se pensar sobre como o sistema de exploração agrícola atual se sustenta e como a comunidade se insere nesse contexto. O passado é visto como uma época de pobreza porque a lógica capitalista impôs a necessidade de se modernizar a agricultura, ainda que houvesse mais qualidade alimentar.

Palavras-chave: História oral; Quilombo; Trabalho.

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9811811216468406> Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6225-8396>. E-mail: acaciogarcez@outlook.com.br

Pobre de plantar a própria comida:
a agricultura em uma comunidade quilombola da serra gaúcha
(Muitos Capões/RS)
CARNEIRO, A. G.

Poor to have to plant our own food: agriculture in a quilombo community in the Rio Grande do Sul highlands (Muitos Capões/RS)

Abstract: This article proposes thoughts about the way that the quilombo community of Mato Grande sees and works the land, considering the environmental and economic changes aroused by the Green Revolution. Using oral history, we searched for ways to think about how the current agricultural system sustains itself and how the community fits inside these dynamics. The past is perceived as a time of poverty because the capitalist logic imposes the need to modernize the agriculture, even if there was more quality in the food.

Keywords: Oral history; Quilombo; Work.

Introdução

“Naquele tempo éramos, praticamente, pobres mesmo! Pobre, pobre. Tinha que plantar para sobreviver, para comer. Agora, graças a Deus, já não”ⁱ. Esta fala foi retirada de uma entrevista realizada para a minha dissertação de mestrado, que está sendo realizada junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob o provisório título de *“Um Quilombo no Matão: historicidade de uma comunidade quilombola da serra gaúcha”*. A proposta da pesquisa, é analisar e pensar a historicidade da comunidade remanescente de quilombo Mato Grande, através da sua formação, consolidação, permanência e das transformações experienciadas pelos quilombolas.

Dentre as análises a serem feitas, encontra-se a perspectiva da história ambiental, principalmente visando pensar e analisar as formas pela qual a comunidade lida com a terra, em contraposição à região em que se encontra, dominada pela soja e pelas maçãsⁱⁱ. Foi em meio a uma pergunta sobre esse assunto que a entrevistada, Juventina da Silva, disse as palavras que iniciam este artigo.

Desse modo, o presente trabalho busca fazer uma reflexão sobre como uma comunidade quilombola é impactada pelas pressões econômicas e sociais e como o trabalho com a terra é percebido não como uma forma de libertação ou autonomia, mas como sinônimo de miséria.

Antes, cabe situar geograficamente de que lugar estamos falando. Trata-se da Comunidade Remanescente de Quilombo Mato Grande, localizada no município gaúcho de Muitos Capões/RS (figura 1) e reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2016ⁱⁱⁱ. Muitos Capões conta com 2.879 pessoas distribuídas em 1.193,23km². É o município com menor densidade demográfica na região dos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul, com 2,41 habitantes por km^{2iv}. Pode-se perceber que se trata de um município vasto e até hoje com poucos

habitantes, visto que a região historicamente se viu povoada por latifúndios pecuaristas e por fazendas de invernadas^v. Tais empreendimentos necessitavam de baixa mão de obra e amplo espaço, razão pela qual se deu um “vazio” demográfico em Muitos Capões, que permanece em virtude da substituição da pecuária pela soja e pelas maçãs.

Figura 1 - Região dos Campos de Cima da Serra^{vi}



Fonte: Página da Internet^{vii}

A partir dos dados disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), do Rio Grande do Sul^{viii} nos permitem ter uma noção do quanto do espaço capoense é atualmente usado para a plantação de soja. Entre 2013 e 2022, a média de espaço cultivado pela soja foi de 50.110,5 hectares, o que seria algo em torno de 501,10km², 42% da área municipal. O rendimento ficou, na média, em 3.570 kg/ha^{ix}, ou seja, uma média de 178.894.485 kg de soja produzida anualmente em Muitos Capões. Considerando que cada saca de soja contém 60 kg e que na corrente data (27 de junho de 2024) o valor da saca está em R\$126,18^x, tem-se então que a receita anual do cultivo de soja em Muitos Capões, em uma média, ficaria em torno de R\$376.215.101,95^{xi}.

Além da soja, as macieiras ocupam um importante espaço da economia capoense, principalmente a empresa *Frutini*, onde trabalham diversos dos moradores do quilombo Mato Grande^{xii}. De acordo com o site oficial da empresa^{xiii},

ela conta com 3.500 hectares de pomares, espalhados em quatro municípios. Não temos dados para precisar a área ocupada em Muitos Capões. De todo modo, nesse momento inicial podemos ver que Muitos Capões é um município agrícola, voltado para o cultivo exportador em grandes áreas. E onde entra a comunidade quilombola do Mato Grande nesse cenário?

História Oral e História Ambiental

Antes de responder a essa questão, convém abordar sucintamente o eixo teórico-metodológico utilizado. A História Oral é a metodologia central da pesquisa. Como pontuado por Janaína Amado e Maria Antonieta Ferreira^{xiv}, essa metodologia faz com que pessoas de grupos marginalizados que via de regra não podem registrar em documentos oficiais as suas memórias e sua história, possam ser ouvidas e contribuam para um olhar mais amplo acerca dos eventos e das conjunturas históricas.

Sendo assim, o uso de entrevistas abre um caminho para que as percepções dos moradores do quilombo nos mostrem um olhar diferente sobre a forma que a terra é cultivada. Um olhar que escapa dos números e das estatísticas da economia e da agronomia e que nos traz a subjetividade e as experiências particulares das pessoas que convivem com esse meio^{xv}.

Mais do que a subjetividade, a história oral nos permite adentrar no espectro da memória. Não cabe nos limites deste artigo discorrer sobre suas nuances e particularidades, mas destacamos a questão da Memória Coletiva e como, nos termos de Maurice Halbwachs^{xvi}, nos recordamos de algo porque compartilhamos nossas vivências e experiências com outras pessoas. Comunidades quilombolas possuem uma forte memória social, pois não há apenas o convívio diário entre os moradores, mas também uma rede de assistência em virtude do espaço racializado e marginalizado que historicamente ocupam^{xvii}. Isso se alinha também

com a proposta de Paul Ricoeur^{xviii} em buscar uma aproximação entre a memória individual e coletiva. Essa aproximação se daria pelos “próximos”, as pessoas do nosso convívio com quem compartilhamos afetos. É essa mediação de proximidade que permite o fluxo da memória do Eu com a memória do Coletivo.

Entendemos que essa proximidade de afetos e de uma memória coletiva dá forma a uma “memória herdada”^{xix}. Mesmo sem ter vivenciado de fato aquilo que se lembra, há uma projeção de si na memória da coletividade, com o indivíduo se projetando naquilo que a comunidade guarda. Como consequência, ocorrem enquadramentos da memória^{xx}, que é justamente o processo coletivo de selecionar aquilo que se quer lembrar e aquilo que se quer esquecer. Tal enquadramento decorre das demandas do presente, que exigem reinterpretações e ressignificações constantes.

Ver as mudanças materiais das pessoas próximas e comparar com a experiência vivida, permite que sensações, pontos de vista e sentimentos sejam compartilhados e projetados pela memória coletiva. Mais do que isso, justificam e explicam as ações que foram tomadas no passado.

Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos [...] mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos^{xxi}.

A passagem de Alessandro Portelli resume a importância da metodologia da história oral: *entender o que as pessoas fizeram, porque fizeram, e como enxergam o que fizeram*. No nosso caso de análise, permite-nos observar como o trabalho com a lavoura e a produção de alimentos teve um significado diferente com o decorrer do tempo.

Dentre as entrevistas gravadas para a dissertação, quatro foram selecionadas para compor este artigo do qual será adentrado apenas nas

nuances sobre a relação com a terra. As entrevistas foram realizadas na casa das pessoas entrevistadas, mediante contato prévio e mediação de uma das lideranças do quilombo, Janaína Silva. Destacamos isso porque Alessandro Portelli^{xxii} já nos avisara sobre a importância do respeito e da igualdade entre quem entrevista e quem é entrevistado, sobre como a produção da fonte oral é um trabalho de mão dupla. Além disso, pontuamos que o processo de transcrição sofreu adaptações para que a linguagem ficasse mais correta gramaticalmente e com uma leitura mais fluida, mas não abrimos mão de expressões regionais e outros elementos próprios do linguajar rural sulino.

Por mais que se perca elementos preciosos da fala^{xxiii}, transcrever é uma etapa necessária para o arquivamento da memória, para a transformação do testemunho oral em documento histórico e que materializa o momento em que a pessoa se encontrava^{xxiv}. Afinal, a memória e a percepção dos eventos e fatos históricos mudam com o tempo e com a vivência, e a entrevista é o registro dos significados daquele momento.

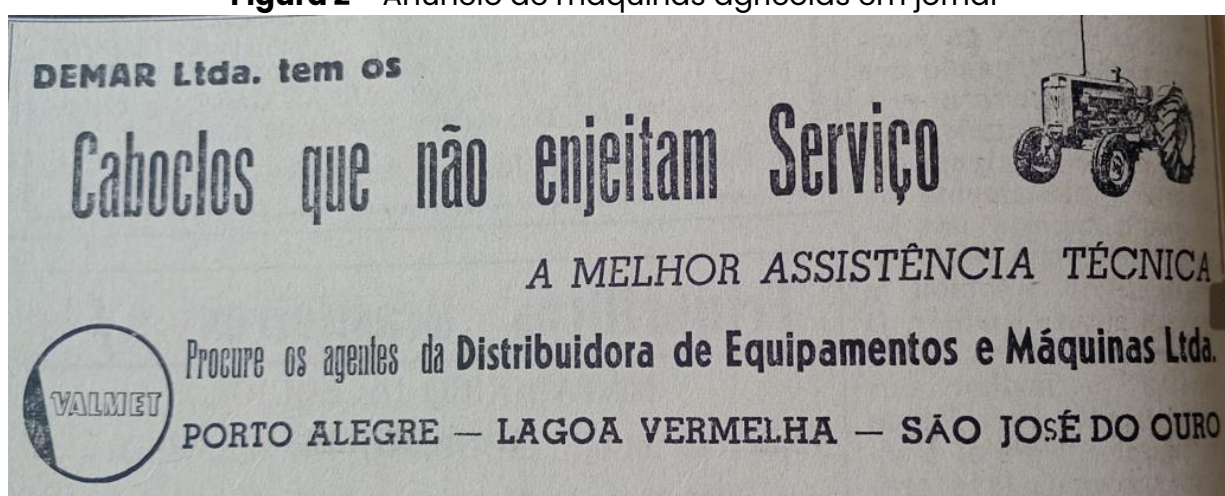
É na percepção da vivência que entram os conceitos e categorias de análise utilizados neste artigo, dentro da perspectiva da História Ambiental. Como pontuado por Donald Worster, “Onde quer que as duas esferas, a natural e a cultural, se confrontem ou interajam, a história ambiental encontra seus temas essenciais”^{xxv}. No nosso caso, analisamos uma comunidade remanescente de quilombo, onde eclode tensões entre modos de vida que usam e enxergam a terra de formas diferentes. Essas duas culturas entram em disputa sobre o valor do mundo natural, e as entrevistas com os quilombolas podem nos mostrar as subjetividades que compõem esse terreno de conflitos.

O conceito de “natureza-barata”, no sentido empregado por Jason Moore^{xxvi}, permite-nos observar como a exploração do trabalho humano e não-humano é realizada na sociedade capitalista moderna. Trata-se da apropriação de um

trabalho não remunerado feito pela (ou pelas) natureza. No processo de consolidação do capitalismo, todas as pessoas que não se encontravam na bolha branca-burguesa-europeia foram consideradas sub-humanas, como parte dessa “natureza” que estava disponível para a exploração e a geração de lucro^{xxvii}. Simples mercadorias para o capitalismo.

Comunidades remanescentes de quilombo são comunidades camponesas racializadas, organizadas em torno da ocupação de uma terra em meio a uma sociedade que desrespeitava – e ainda desrespeita – esses territórios^{xxviii}. A crescente exploração agrária e a expansão da monocultura, principalmente a partir da Revolução Verde na década de 1970^{xxix}, exige novos espaços e novas formas de se explorar a natureza-barata. Muitos Capões, até então um pequeno distrito da cidade de Vacaria, passa a ser visada por essa agricultura dita moderna. O Matão, que já existia desde pelo menos 1902^{xxx}, acaba sendo inicialmente afetado de forma indireta, mas com o aumento da demanda de energia e lucro com o mínimo de custo possível, a forma de vida camponesa se vê cercada por uma ideologia que a julgava atrasada e incompetente.

Figura 2 – Anúncio de máquinas agrícolas em jornal



Fonte: *Gazeta Popular*, nº 24, 24 de junho de 1972.

A figura 2 é um anúncio de 1972, no jornal *Gazeta Popular* da cidade de Lagoa Vermelha, cerca de 40km de distância de Muitos Capões. A anunciante, a empresa *DEMAR Ltda. Distribuidora de Equipamentos e Máquinas Ltda.*, afirma que suas máquinas são “caboclos que não enjeitam serviço”, o que insinua que as máquinas são melhores do que o trabalho braçal dos ditos “caboclos”, ou seja, a população camponesa local^{xxx} – aonde se encontram os moradores do Matão. Esse anúncio nos permite refletir sobre a categoria de análise do *Modo de Vida Imperial*, que consiste na construção ideológica de um padrão de vida capitalista, entendido nas mentalidades como a forma “correta” ou “natural” de se viver^{xxxii}. A Revolução Verde passa a ter como ponta de lança um pensamento hegemônico de “modernização”. Para atender tal projeto, é preciso usar máquinas, fazer monocultura, utilizar agrotóxicos e produtos químicos, do contrário, sua plantação vai ficar para trás e você não será nada!^{xxxiii}

Amarramos as pontas então para entender que a metodologia da história oral nos permite observar e refletir sobre as subjetividades dos quilombolas do Mato Grande e, através disso, analisar como o Modo de Vida Imperial permitiu a ampliação da exploração da natureza-barata e a mudança na forma de perceber e trabalhar com a terra.

A produção agrícola atual

Como visto anteriormente, Muitos Capões é um município que possui sua renda fortemente atrelada à produção agrícola de soja e de maçãs. Não convém fazer toda uma revisão histórica sobre os processos de implantação dessas culturas no município, mas destacamos dois importantes trabalhos que nos servem como âncoras para pensar na transformação da natureza-barata na região.

Jó Klanovicz^{xxxiv} estudou o desenvolvimento da indústria macieira sulina. No caso de Vacaria (município ao qual pertencia Muitos Capões até 1996^{xxxv}), o autor identificou a presença da “*Cartilha do Agricultor*” na década de 1970 como ponto de partida para o cultivo de frutas na região^{xxxvi}. Por meio de doações de terrenos, legislações e discursos sobre empreendedorismo, modernização e enriquecimento, o município logo passou a atrair indústrias voltadas para o cultivo da maçã, principalmente a partir de 1980^{xxxvii}.

Quanto à soja, Clóvis Alves^{xxxviii} realizou uma profunda análise sobre a legislação e a política brasileira antes de 1970, de modo a observar a conjuntura política e global que propiciou a chegada intensa da Revolução Verde no Brasil. Do surgimento dos “granjeiros” que plantavam trigo na década de 1940 para as cooperativas rurais^{xxxix}, o grande impulsionador foi a parceria do governo Kubitschek com entidades “filantrópicas” estrangeiras, tal como a Rockefeller e a Ford^{xl}. Essas entidades fomentaram o cultivo de soja e a modernização agrícola como maneira de superar a crise do trigo e aumentar a produção de grãos.

Em meio ao forte crescimento econômico do “milagre econômico brasileiro” a Revolução Verde se consolidou em torno da soja como o novo modelo agrícola brasileiro, substituindo definitivamente na mesorregião o modelo da agricultura tradicional de subsistência.^{xli}

Alves fez sua análise centrada no noroeste do Rio Grande do Sul, ao passo que Muitos Capões e o Matão se encontram na região nordeste do estado. Todavia, como é sabido, o capitalismo exige que existam sempre novos lugares para que se possa explorar e externar seus custos^{xlii}. O nordeste gaúcho, em especial os Campos de Cima da Serra, passará a ser o novo local para explorar a natureza-barata^{xliii}. Isso porque, como nos conta o senhor José Godoy, nos anos 1970 e 1980 “aqui [em Muitos Capões] era só gado, não tinha esses negócios de granja e agricultura. Era só criação de gado”^{xliv}.

Figura 3 – Anúncio da empresa DEMAR promovendo a “evolução” do campo.



Fonte: *Gazeta Popular*, nº 33, 26 de agosto de 1972.

Na década de 1980 as maçãs começam a ocupar um espaço que é definitivamente preenchido pela soja nos anos 1990. Agora nos vêm a questão: como tal processo exploratório se manteve? Quais as ferramentas ideológicas e narrativas utilizadas para legitimar essa transformação? A figura 3 nos mostra um típico gaúcho, de bota, bombacha, chapéu tapeado e poncho, comprando um trator para sua fazenda de pecuária extensiva. Como que até mesmo um povo tão tradicionalista como o povo gaúcho, aceitou de bom grado essa mudança na forma de trabalhar com o campo?

A resposta está na imposição de um pensamento hegemônico. Hegemonia é um traço do Modo de Vida Imperial, que se sustenta porque é passivamente aceito pelas pessoas que acreditam estarem tendo melhoras materiais a partir disso^{xiv}. E como vanguarda dessa narrativa hegemônica, temos a própria ciência e as universidades, com pesquisas, estudos e trabalhos que apontam os lucros e

resultados positivos que podem ser tirados a partir do uso dessa agricultura moderna.

Analisemos alguns desses trabalhos. Vitor Galle^{xlvi} afirma que é,

[...] importante para o desenvolvimento do estabelecimento rural e de seu ramo de atuação a obtenção de máquinas e equipamentos adequados ao seu tipo de produção, uma vez que eles contribuem para alavancar a produção e lucratividade através da mecanização e utilização de tecnologias.^{xlvii}

Além da mecanização, o mencionado autor também entende que o uso da biotecnologia, ou seja, das modificações genéticas nas sementes e do uso de fertilizantes químicos, é fundamental na agricultura moderna pois,

[...] desafios como o crescimento populacional e os cenários de mudanças e incertezas climáticas aceleram o processo tecnológico no campo, para buscar garantir a demanda de alimentos da população.^{xlviii}

O trabalho de Vitor Galle nos permite ver duas nuances do discurso hegemônico modernizante. Primeiro, a necessidade de utilizar máquinas para explorar com o mínimo de custo a natureza-barata. Isso se reflete na queda de trabalho humano no campo e o aumento do êxodo rural ou da miséria. O autor menciona que “esses fatos levaram à redução da mão de obra na produção agrícola”^{xlix}, mas não despende mais atenção à questão. Essa foi uma estratégia de ampliação de exploração da natureza-barata¹. Para tirar o máximo de lucro com o mínimo de custo, é necessário trabalhar em maiores áreas de terra. Para isso, a população camponesa deve sair e liberar espaço.

Segundo, é a questão da biotecnologia e o uso de fertilizantes químicos, sementes transgênicas e agrotóxicos. O senhor José Godoy nos fala sobre uma forma pela qual essas ideias são levadas e instruídas à população não-acadêmica:

[...] eu ouvi o presidente do sindicato [rural] falando: "tem como diminuir [o agrotóxico], mas não tem como parar porque se não as coisas não vão produzir". Tem que se cuidar, fazer diminuir, mas não tem como evitar. Porque por exemplo, tem gente que só come produtos naturais [orgânicos]. Se a pessoa pudesse... Mas o problema é que não tem como produzir para toda a população, somente coisas naturais. Não tem como terminar com o agrotóxico por isso. A população é muito grande e as plantações não vão dar direito. Mas as pessoas que puderem comer coisas puras..."^{li}

A noção de alimentar a população mundial – que já havia sido o elemento central da propaganda da Revolução Verde^{lii} – é o grande sustentáculo da agricultura moderna. Alimentos orgânicos passam a ser um privilégio, como podemos entender na fala do senhor José Godoy.

Em estudo sobre a ocupação espacial de Vacaria/RS, focando nos usos do solo, Naijara Lana, Mauro Werlang e Cibele Saldanha, pontuam que,

[...] apesar do aumento significativo de lavouras de soja, esta não se sobrepõe as novas culturas, já que o município possui grande extensão territorial e áreas ainda não tocadas pelo homem. Desta forma, a reorganização do espaço rural segue a orientação econômica, impulsionando o desenvolvimento das atividades agrícolas, através da maior ou menor valorização das mesmas.^{liii}

É visível nesse estudo a questão da natureza-barata e da exteriorização. Áreas “não tocadas pelo homem” nos levam a acreditar que estejam se referindo a espaços que podem ser explorados com intensidade. E ao invés de se fazer uma ocupação racional e harmônica com o meio^{liv}, as autoras apontam que a orientação é “econômica”. Ou seja, mais produção com o mínimo de custos – econômicos e ambientais – para mim. Em um primeiro momento poderia se pensar que os tradicionais pecuaristas iriam se opor a essa prática, já que o aumento de terras na lavoura prejudica o espaço ocupado pelo gado. Porém,

como vimos na figura 3, os pecuaristas receberam de braços abertos a modernização agrícola. Isso porque, conforme indica Vitória Rigo e Elísio de Camargo Debortoli,

A soja foi a cultura que apresentou maior crescimento no período [1995-2017], fato que pode estar associado ao aumento da rentabilidade do produtor proporcionado pela commodity e pelo arrendamento das terras dos pecuaristas para os cultivos de verão.^{lv}

O pecuarista, proprietário da terra desde há muito, tem mais lucro arrendando sua propriedade para a produção de soja por outrem. Assim se vê uma parceria entre os altos setores produtivos da região nordeste do Rio Grande do Sul: arrendamento, latifúndio, monocultura. E com o traço do capitalismo de sempre se expandir em busca de mais natureza-barata para se explorar, os pequenos proprietários também acabam entrando nesse esquema, tendo que produzir monoculturas para serem vendidas aos grandes estabelecimentos agrícolas, ou arrendando o pouco de terra que possuem^{lvi}.

O Matão na exploração agrícola

Entrevistador. Quando a senhora era criança, no que os seus pais e avós trabalhavam?

Juventina. O pai trabalhava em lavoura. O pai, o avô, era tudo coisa de lavoura. Lenha, cerca...

E: Lavoura deles mesmos?

J: Deles. Deles mesmo.

E: O que plantavam? Lembra?

J: Lembro! Plantavam de tudo! Feijão, batata, batata-doce, mandioca, milho, trigo...

E: Trigo também?

J: Sim! Era semeado na mão. Isso eu já tinha idade. Eles iam recolher e usavam uma "foicinha".

E: E chegavam a vender isso que era plantado?

J: Não. Não vendia. Era tudo "pro gasto".

E: A senhora chegou a trabalhar com eles na lavoura, também?

J: Com meu pai, sim. Nós ajudávamos. Todos os filhos, desde pequeno o pai já fazia uma enxadinha. E nós íamos para lavoura. Ele sempre nos ensinando.^{lvii}

A senhora Juventina da Silva nasceu na década de 1950 no Mato Grande, muito antes de a comunidade ser reconhecida como remanescente de quilombo. Muito antes de Muitos Capões se emancipar. Nascida em uma família composta por pessoas negras de origem camponesa, por meio de seu relato podemos perceber que a vida no campo era totalmente dedicada à agricultura. Todavia, não se trata da agricultura para a exportação, como vimos até agora. É uma agricultura camponesa, focada na produção de alimentos “pro gasto”. Um trabalho que exigia não apenas o trabalho dos mais velhos, mas também das crianças – inclusive das meninas – para que pudesse ser realizado.

No momento em que o noroeste do Rio Grande do Sul estava se modernizando na agricultura, os moradores do Matão viviam da subsistência, em um regime que se assemelha muito mais à agroecologia, como entendida por Donald Worster^{lviii}, onde se realiza transformações no meio natural para atender as demandas humanas, mas com o entendimento de que a própria natureza e seus processos podem ajudar e contribuir para isso.

Um ótimo exemplo e que envolve a questão bioquímica, está nos insumos. A senhora Terezinha da Silva, irmã de Juventina, nos responde após ser indagada sobre o uso de agrotóxicos e produtos químicos na lavoura de sua família: “Naquele tempo não. Naquela época não existia isso. O adubo deles era das criações mesmo. Que eles faziam. E aí do próprio mato, arrancava e deixava apodrecer na terra para fazer o adubo”^{lix}. Ou seja, podemos perceber que o trabalho com a terra envolvia a força humana e o uso do que a própria natureza tem a oferecer.

Essa perspectiva é uma contraposição à lógica da natureza-barata. Isso porque não se buscava empregar tecnologias para explorar com o mínimo de custos. Pelo contrário, se utiliza os processos da natureza para garantir um melhor resultado. Os custos energéticos, porém, eram altos. Afinal, o trabalho era totalmente braçal e exigia até a presença das crianças. Como diz a senhora Juventina,

Juventina: [...] eles [família] ensinavam a gente desde que a gente já conseguia carpir um pouquinho. Já ensinavam. De uns 6 anos pra frente. De 6 pra frente já levavam [na lavoura], não tinha esse negócio. [...] Mesmo que não fizesse muita coisa. Eles não nos obrigavam a fazer. Levavam para ensinar, sabe? Foi o que a gente aprendeu.^{lx}

O trabalho camponês era extenuante. Todas as entrevistas sempre são incisivas em afirmar que “antigamente era muito difícil”. Mas por mais paradoxal que possa parecer, a alimentação de outrora é lembrada com ânimo:

José: [...] a vida era difícil. E a pessoa se alimentava com o que tinha. Não passava fome, porque a comida era pura. Era comida pura, não era envenenada, mas era complicado. E ainda diz que para meus irmãos mais velhos [a vida] era pior ainda. Porque quem era rico aqui, era rico! E quem era pobre, não tinha nada!^{lxi}

Em Muitos Capões das décadas de 1960 e 1970, “quem era pobre não tinha nada”. Mas ainda assim não passava fome em virtude dessa plantação de alimentos. Possivelmente não iriam ter condições de comprar um trator, mas a alimentação estava garantida.

Mas se esses camponeses negros plantavam só para o consumo, como garantiam a variedade alimentar? Seria possível que plantassem nas suas terras todo o necessário para viver sem passar fome? Pois para esse complemento,

existiam os armazéns. O senhor José nos fala sobre o sistema “troca-troca” usado em Muitos Capões na década de 1970:

José: Tinha o sistema “troca-troca”. Teu avô [falando com Janaína e se referindo a seu avô Cilirio Guilherme da Silva] era um que plantava bastante milho. Quando não tinha sal, não tinha banha, não tinha farinha, eles trocavam [no armazém]. Avaliavam aquela mercadoria e trocavam. O falecido pai cansou de ir lá, porque ele fumava esses fumos antigos, de cordoar. Cansei de levar coisa ali. Na minha época, se tivesse uma galinha, tu levava ali e eles compravam. Tinha um homem ali que comprava milho, comprava galinha, comprava o que levasse.^{lxii}

Juventina, que é filha do indiretamente citado Cilirio, também segue por esse caminho:

Juventina: o pai vendia as coisas, às vezes, no armazém. Aqui em Muitos Capões mesmo. Ele vendia para trocar por outras coisas.

Entrevistador: Mas era tipo, chegava com batata-doce e pegava tomate?

J: Isso aí. Aí comprava farinha de trigo, arroz, açúcar... Tudo o que precisava. Ele vendia muito milho, o meu pai.^{lxiii}

Podemos então observar a lógica camponesa de escambo sendo realizada em Muitos Capões. Produtos eram trocados e a variedade alimentar era garantida. E toda essa alimentação era feita sem o uso de insumos químicos e nem mesmo de sementes transgênicas. Acrescentamos também que a senhora Juventina, apesar de anteriormente dizer que não vendiam nada, agora diz que o pai vendia muito milho. Entendemos que há uma mudança no significado de vender. Ao passo que no primeiro trecho ela se refere a vender por lucro, no segundo seria essa venda semelhante a um escambo.

Comunidades negras possuem esse sistema de plantio e trocas comunitárias bastante forte, existindo inclusive a prática do puxirão^{lxiv}, onde a

comunidade trabalha em conjunto em uma lavoura ou construção e, após o serviço, o dono do espaço trabalhado faz uma grande festa para todo mundo. A senhora Juventina nos contou que isso existia no Mato Grande^{lxv}, com bailes e fandangos na casa de alguém depois de um dia inteiro de trabalho comunitário. Além da produção do alimento, essa prática também promovia a sociabilidade e a formação de laços comunitários, fundamentais para uma comunidade racializada resistir.

Mais do que simples trocas, essas práticas quilombolas nos mostram confluências. Confluências entre as pessoas, confluência de saberes, confluência com as outras formas de vida. Como diz Antônio Bispo, “Há uma compreensão nossa [...] de que tudo o que nasceu por conta da natureza é de todo mundo”^{lxvi}. Os puxirões e o sistema troca-troca são a materialização de uma forma de vida não-capitalista, que não se importa com acumulação e propriedade. Pelo contrário, a vida é compartilhada e através dessa sociabilidade é que se pode viver. É claro, havia dificuldades materiais, como a falta de luz e água encanada^{lxvii}, mas a existência dessas sociabilidades confluentes era o que permitia a sobrevivência, materializada na memória pela suposta facilidade em se alimentar^{lxviii}.

É importante que tenhamos em conta que, apesar dessas condições de maior riqueza espiritual e social, o Mato Grande era um espaço empobrecido materialmente. Não podemos pensar em uma abundância de alimentos ou em grandes festas dionisiacas. Tudo era bastante limitado, mas o suficiente para se ter uma vida ao menos sem grandes preocupações com a fome^{lxix}.

O senhor Gumerindo da Silva, na sabedoria dos seus 87 anos, nos conta que nos antigos armazéns

Gumerindo: Tinha de tudo. Comida, tudo essas coisas. E era mais barato. Agora é uma fortuna. Você não pode comer... O arroz, tem que trabalhar um dia para ter dinheiro para

comprar um pacote de arroz! A farinha de trigo agora, eu vi que estava dando [no rádio], vai fazer o preço do pão [subir]. Entrevistador. Pois é né, os [pães] cacetinhos^{lxx}, R\$1,00 cada um quase. Bah! Antigamente eram centavos!

G: E nós aqui, antigamente, nós não comprávamos porque os cara plantavam. Plantavam trigo, plantavam feijão, plantavam milho, e era tudo crioulo! E moíam, moía e estava tudo aí. Agora vem tudo comprado home!^{lxxi}

O que mais chama a atenção é o fato de que o senhor Gumercindo pontua que as sementes eram crioulas, ou seja, sementes próprias da terra. Sementes gaúchas, capoenses, sementes adaptadas para o cultivo nos rincões sulinos. Essa facilidade no cultivo é o que permitia que essa comunidade negra, ainda que marginalizada e sem muitas posses materiais, pudesse se sustentar. Em contraste, hoje, mesmo com o discurso de que a agricultura alimenta o mundo, vemos a reclamação do senhor Gumercindo acerca dos preços dos alimentos.

Maria do Carmo Aguilar^{lxxii} desenvolveu um estudo com o quilombo Rincão dos Caixões, localizado no município de Jacuízinho, região centro-norte do Rio Grande do Sul e onde a soja deu os primeiros passos nos anos 1960. A comunidade era um misto de agricultura de subsistência, empreitadas e trabalho para fazendeiros ricos. Todavia, com a Revolução Verde,

[...]a mecanização das lavouras de trigo e posteriormente de soja, os espaços sofrem uma diminuição, uma vez que a capacidade de expansão das máquinas é maior, o que restringirá os espaços de subsistência dessas famílias.^{lxxiii}

Nesse local, a exploração da natureza-barata atinge seu ponto culminante na década de 1970. As terras vão sendo abandonadas pelos camponeses e pequenos produtores, que não conseguem competir com o maquinário de alta produção e, além disso, não tem nem mais como trocar aquilo que produzem pelo que necessitam. Isso porque “onde eles venderiam 1 kg de feijão, de farinha ou um

litro de banha, em uma região onde a produção destes víveres é generalizada?”^{lxxiv}. A decorrência da modernização agrícola é o fim do esquema troca-troca e até mesmo dos armazéns, substituídos por mercados e varejos que comprem em grandes quantidades. Quantidades que a plantação quilombola tradicional não conseguia alcançar. Não é à toa que, como diz o senhor Gumerindo, hoje tenha que ser tudo comprado.

A comunidade remanescente de quilombo do Rincão dos Caixões vai ter um processo bastante diferente em relação ao Mato Grande principalmente pela forma com que a natureza-barata foi explorada. Nos anos 1970, o noroeste e centro do Rio Grande do Sul tinham espaço e condições suficientes para a soja, razão pela qual as comunidades tradicionais dessas localidades foram tão afetadas. É um contraste aos Campos de Cima da Serra, região bastante afastada e que sofre principalmente a partir dos anos 2000 com a expansão desordenada do latifúndio monocultor. Ao menos no presente momento, o Mato Grande está em melhores condições de resistir, dado o maior acesso à informação.

Percebemos então que enquanto as fazendas produziam em larga escala, os camponeses negros seguiram com a subsistência e com uma condição material mais vulnerável. A emancipação de Muitos Capões em 1996 e a pomicultura trazem uma oportunidade de juntar dinheiro. Antes disso, as opções eram limitadas, como nos conta a senhora Terezinha:

Entrevistador: Como que vocês tinham dinheiro? Alguém da família trabalhava em algum lugar?

Terezinha: Sim, trabalharam para os fazendeiros. Meu pai vivia trabalhando para os fazendeiros.

E: Lembra qual serviço ele costumava fazer?

T: Serviços gerais, lidando com criação.

E: Acho que hoje em dia nem fazendeiro tem mais né. É só lavoura, soja...

T: É, agora é mesmo. Hoje não tem. Arrendaram as terras.^{lxxv}

A fala de Terezinha vai ao encontro do que foi visto anteriormente, sobre os fazendeiros pecuaristas optando por arrendar suas terras aos produtores de soja. Este era o único espaço disponível para a população negra do Mato Grande trabalhar: “serviços gerais” nas fazendas. E um espaço que trazia continuidades em relação ao trabalho escravo de outrora:

Juventina: O que eu me lembro, é que antigamente eles contavam "do tempo da escravidão". Eles trabalhavam para os fazendeiros, bem dizer, de graça.

E: Esse "tempo da escravidão", eles diziam um ano? Lá por 1800 ou mais recente?

J: Mas olha que eu nem me lembro. Meu avô contava para nós as histórias. Vô Vicente. Mas isso faz muito tempo, tu vê, o vô durou 105 [anos]. Já fazem muitos anos que ele faleceu. Então, faz muitos anos dessas histórias. Trabalhavam para os fazendeiros.

E: Ele contava o que faziam nesses fazendeiros? Qual o serviço deles?

J: Era serviço geral. Não tinha o que não fizessem.

E: E trabalhavam de graça.

J: É, provavelmente era quase de graça. Porque às vezes eles pagavam alguma comida né. Davam algum dinheiro. Depois sim, foi melhorando. Aí o pessoal foi, com os mais novos já melhorou bem a história. Eles trabalhavam e recebiam.^{lxxvi}

A certidão de nascimento de Vicente Guilherme da Silva indica que ele nasceu em 17/12/1890^{lxxvii}, poucos anos após a abolição. É possível que as histórias que ele contava fossem de seus pais, Maximiano e Maria Florisbela, ou talvez o que tenha permanecido e que ele experienciou, fosse o tratamento despendido pelos antigos senhores aos libertos e descendentes, que eventualmente trabalhavam nas suas terras. De qualquer forma, essa era a única opção de trabalho para fora da lavoura de subsistência até a modernização da agricultura e o surgimento da indústria da maçã na região, responsável por empregar grande parte da comunidade. Afinal, ao ser questionada sobre as pessoas que saíram da

comunidade morar em outros locais, a resposta de Juventina foi a seguinte: “Ninguém. Porque todos eles trabalham nas firmas aqui. Então ficaram trabalhando aqui mesmo. Vão de manhã, voltam à tarde...”^{lxxviii}

Pobreza e riqueza em plantar comida

Como vimos, a comunidade remanescente de quilombo do Mato Grande era uma comunidade camponesa negra que vivia da própria terra e com eventuais trabalhos para fazendeiros. Isso, por mais que garantisse a soberania alimentar, é lembrado como pobreza por Juventina, no trecho que inicia este artigo.

O sistema capitalista exige transformações e inovações. Para seguir com uma cada vez maior exploração da natureza-barata, viu-se a criação de novos ambientes. Novos valores^{lxxix}. Se cultivar alimentos para que a população coma não é mais lucrativo, é necessário criar um novo ambiente produtivo: criação de monoculturas de exportação. E a “genialidade mórbida” do capitalismo, parafraseando Jason Moore^{lxxx}, reside na construção ideológica e simbólica que justifica essa mudança no valor, seja pela ideia de que o camponês é preguiçoso e menos produtivo que o trator – como nos mostra a figura 2 – seja pelos argumentos “científicos” de que são necessários agrotóxicos para alimentar o mundo. Mas que mundo está sendo alimentado, se a comida hoje além de cara é envenenada, como nos afirma o senhor Gumercindo? É o Modo de Vida Imperial construindo um novo ambiente para explorar a natureza. E quando os Campos de Cima da Serra não aguentarem mais tanta exploração, qual será o novo destino? Que rastros serão deixados nas “áreas ainda não tocadas pelo homem”?^{lxxxi}

Encerremos com um olhar mais profundo à fala da senhora Juventina na introdução deste texto. Como vimos nos trechos das entrevistas trazidas no decorrer do artigo, Muitos Capões tinha um sistema de troca-troca que foi caindo

em desuso. Junto a isso, a alternativa financeira era trabalhar como “serviços gerais” nas fazendas das regiões. Mas essas fazendas foram deixando de trabalhar com a pecuária e passando a arrendar as terras para a monocultura de soja. Nesse contexto, o surgimento dos pomares parece ter sido a oportunidade e o espaço que a comunidade do Mato Grande tinha tanto para continuar vivendo nas suas terras, quanto para não ter mais que se submeter aos fazendeiros, quanto para ter renda (salário) para adquirir a comida que faltava, ou outras necessidades.

De forma alguma queremos dizer que as macieiras foram “a salvação” da comunidade. Muito pelo contrário, pois elas também se sustentam na exploração da natureza-barata. O que queremos dizer, é que a existência dessa indústria criou uma oportunidade, um caminho que a comunidade entendeu como o mais vantajoso para si. Para evitar que se tornassem camponeses itinerantes, ou quem sabe até sem-terra, optaram por serem assalariados nos pomares. E por mais que hoje existam dificuldades em torno da comida – não apenas pelo preço, mas pela qualidade – o Mato Grande segue de pé e crescendo cada dia mais^{lxxxii}.

Ver essa maior segurança da sua família, é o que faz com que a memória de dona Juventina veja positivamente as mudanças dos últimos tempos. A “pobreza” não era porque tinham que plantar a própria comida, mas sim porque o Modo de Vida Imperial tornou inviável uma vida camponesa de subsistência e troca-troca. Contudo, as falas nos mostram que a subjetividade dos moradores está descontente, seja pelo veneno, seja pelos preços dos alimentos. Atualmente a comunidade não planta mais, salvo algumas poucas hortas familiares^{lxxxiii}.

O Modo de Vida Imperial pode ter abalado as redes de sociabilidade e convivência que existiam durante os puxirões, tal qual aconteceu em outras comunidades assoladas pela soja e pela agricultura moderna^{lxxxiv}. Ainda assim, a memória coletiva sobre esse passado, que cada vez mais demonstra estar

confrontando a realidade, pode servir como um motor para que as novas gerações do Mato Grande rompam com essa hegemonia. Presenciamos o interesse das netas de Juventina e Gumerindo nas conversas dos avós^{lxxxv} e, como Antônio Bispo tantas vezes destacou, “a geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo”^{lxxxvi}. Quem sabe essa nova geração, já crescendo em uma comunidade remanescente de quilombo certificada e reconhecida, possa começar de novo a viver na terra de uma forma diferente da que vivemos hoje. De uma forma confluyente, ensinada pelas suas e seus avós, tal qual fora ensinada a eles pelos seus avós e avós.

Notas

ⁱ Entrevista com Juventina Oliveira da Silva, realizada em 10 de março de 2024.

ⁱⁱ LANA, Naijara Klafke Dalla; WERLANG, Mauro Kumpfer; SALDANHA, Cibele Stefano. Organização espacial do município de Vacaria, RS: reestruturação das cadeias produtivas. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 02, jul./dez. 2018, p. 110.

ⁱⁱⁱ Diário Oficial da União, 20 de maio de 2016.

^{iv} IBGE. **Muitos Capões**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/muitos-capoes/panorama>. Acesso em 02 junho 2024.

^v CARNEIRO, Acácio Garcez. **Madeira, Trabalho e História**: a indústria da madeira em Lagoa Vermelha (1940–1980). Passo Fundo: Acervus, 2024, p.16.

^{vi} Situada dentro do perímetro da linha vermelha com destaque para o município de Muitos Capões (em vermelho).

^{vii} Wikipédia buscas. https://pt.wikipedia.org/wiki/Muitos_Cap%C3%B5es. Acesso em: 02 junho 2024.

^{viii} Informações Agropecuárias – Séries Históricas. EMATER/RS. Disponível em: https://www.emater.tche.br/site/info-agro/serie_historica.php

^{ix} Os dados da EMATER apontam que 2023 houve uma queda de 1.200 kg/ha, mas não explica os motivos.

^x Informativo levantado pelo Indicador Sapiens.Agro e disponibilizado via Canal Rural. <https://www.canalrural.com.br/mercado-agroeconomico>. Acesso em 27 de junho de 2024.

^{xi} Os cálculos foram feitos pelo autor com base nas fontes mencionadas. Não tem a finalidade de serem precisos, mas sim, de mostrar o peso da soja para a economia de Muitos Capões.

^{xii} Entrevista com Terezinha de Jesus da Silva, realizada em 10 de março de 2024.

^{xiii} FRUTINI. **A Empresa**. Disponível em: <https://www.frutini.com.br/a-empresa.php>. Acesso em 27 de junho de 2024.

- ^{xiv} AMADO, Janaína; FERREIRA, Maria Antonieta. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Maria Antonieta (Org.) **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. XIV.
- ^{xv} SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson; et al. (Orgs). **História oral, desigualdades e diferenças**. Florianópolis: Editora da USFC, 2011, p. 87.
- ^{xvi} HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 30.
- ^{xvii} BENEDETTI, Adriane Cristina. Narrativas insurgentes: a história sob o ponto de vista quilombola. **História Oral**, v.25, n.2, jul/dez 2022, p.97-98.
- ^{xviii} RICOEUR, Paul. **A História, a Memória, o Esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 141-142.
- ^{xix} POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, V.5. n.10, 1992, p. 201.
- ^{xx} Ibid., p. 207.
- ^{xxi} PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n.14, fev. 1997b, p. 31.
- ^{xxii} PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n.14, fev. 1997a, p. 7-24.
- ^{xxiii} Idem, op.cit. 1997b, p. 28.
- ^{xxiv} RICOEUR, Op. Cit, 2007, p. 189.
- ^{xxv} WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, v.5, n.2, ago./dez. 2002, p. 26.
- ^{xxvi} MOORE, Jason W. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason W. (Org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022, p. 146.
- ^{xxvii} Ibid., p. 149.
- ^{xxviii} ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. (Org.) **Raça: perspectivas antropológicas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 327.
- ^{xxix} GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **História: debates e tendências**, v.16, n.1, jan./jun. 2016, p. 169.
- ^{xxx} Os documentos mais antigos dos antepassados das moradoras da comunidade datam desse ano.
- ^{xxxi} Utilizamos o termo caboclo no sentido empregado por Paulo Pinheiro Machado (2017) como algo mais associado a uma condição social do que uma condição étnica.
- ^{xxxii} BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de Vida Imperial**. Tradução: Marcela Couto. São Paulo: Elefante, 2021, p. 89.
- ^{xxxiii} GERHARDT, Op. Cit., 2016, p.176.
- ^{xxxiv} KLANOVICZ, Jó. **Natureza Corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)**. Tese (Doutorado em História). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, 311 p.
- ^{xxxv} Prefeitura Municipal De Muitos Capões. Histórico. **Site Institucional**. Disponível em: <http://www.muitoscapoes.rs.gov.br/historico>. Acesso em 06 de julho de 2024.

- xxxvi KLANOVICZ, Op. Cit., 2007, p. 92.
- xxxvii Ibid., p. 115.
- xxxviii ALVES, Clóvis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)**. Dissertação (Mestre em História). 175 Fls. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2013.
- xxxix Ibid., p. 92.
- xl Ibid., p. 99.
- xli Ibid., p. 125.
- xlii BRAND; WISSEN, Op. Cit., 2021, p. 137.
- xliii CARNEIRO, Op. Cit., 2024.
- xliv Entrevista com José de Aramis Godoy realizada em 20 de junho de 2024.
- xlvi BRAND; WISSEN, Op. Cit., 2021, p. 166.
- xlvi GALLE, Vitor. **Fatores determinantes da modernização agrícola na região Sul do Brasil**. Dissertação (Mestre em Agronegócios). 106 Fls. Palmeira das Missões, Universidade Federal de Santa Maria, 2021.
- xlvi Ibid., p. 23.
- xlvi Ibid., p. 24.
- xlvi Ibid., p. 24.
- l MOORE, Op. Cit., 2022, p. 177.
- li Entrevista com José de Aramis Godoy realizada em 20 de junho de 2024.
- lii GERHARDT, Op. Cit., 2016, p. 168.
- liii LANA; WERLANG; SALDANHA, Op. Cit., 2016, p. 111.
- liv WORSTER, Op. Cit., 2002, p. 29.
- lv RIGO, Vitória; DEBORTOLI, Elísio de Camargo. Dinâmica da produção agropecuária na região dos Campos De Cima Da Serra do Rio Grande Do Sul. In: SOUZA, Wilson José Oliveira de; GOMES, Eduardo Nardini; RODRIGUES, José de Souza. **Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade: energia, produção e novos mercados**. Guarujá-SP: Científica Digital, 2022, p. 38-56, pp. 53.
- lvi LANA; WERLANG; SALDANHA, Op. Cit., 2018, p. 108.
- lvii Entrevista com Juventina Oliveira da Silva, realizada em 10 de março de 2024.
- lviii WORSTER, Op. Cit., 2002, p. 30.
- lix Entrevista com Terezinha de Jesus da Silva, realizada em 10 de março de 2024.
- lx Entrevista com Juventina Oliveira da Silva, realizada em 10 de março de 2024.
- lxi Entrevista com José de Aramis Godoy realizada em 20 de junho de 2024.
- lxii Entrevista com José de Aramis Godoy realizada em 20 de junho de 2024.
- lxiii Entrevista com Juventina Oliveira da Silva, realizada em 10 de março de 2024.
- lxiv PINO, Vanda Aparecida Fávero. **Territórios quilombolas em terras do Sul: confluências entre oralidade, história e resistência**. Tese (Doutorado em Letras) 234 Fls. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022, p. 83.
- lxv Caderno de campo, 20 de dezembro de 2024.
- lxvi DOS SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023, p. 95.
- lxvii Entrevista com Juventina Oliveira da Silva, realizada em 11 de março de 2024.
- lxviii DOS SANTOS, Op. Cit., 2023, p. 40.

- ^{lxi} Caderno de campo, 20 de junho de 2024.
- ^{lxx} Pão cacetinho é como se chama o pão francês no Rio Grande do Sul.
- ^{lxxi} Entrevista com Gumerindo Francisco da Silva realizada em 20 de junho de 2024.
- ^{lxxii} AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. **Famílias negras no Planalto Médio do Rio Grande do Sul (1940-1960):** terra, migração e relações familiares. Dissertação (Mestre em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012, p. 202.
- ^{lxxiii} Ibid., p. 114.
- ^{lxxiv} Ibid., p. 154.
- ^{lxxv} Entrevista com Terezinha de Jesus da Silva, realizada em 10 de março de 2024.
- ^{lxxvi} Entrevista com Juventina Oliveira da Silva, realizada em 10 de março de 2024.
- ^{lxxvii} LIVRO DE BATISMO DA DIOCESE DE VACARIA. **Certidão de batismo de Vicente**, 1891, p. 28.
- ^{lxxviii} Entrevista com Juventina Oliveira da Silva, realizada em 10 de março de 2024.
- ^{lxxix} MOORE, Op. Cit., 2022, p. 148.
- ^{lxxx} Ibid., p. 149.
- ^{lxxxi} LANA; WERLANG; SALDANHA, Op. Cit, 2018, p. 111.
- ^{lxxxii} Entrevista com José de Aramis Godoy realizada em 20 de junho de 2024.
- ^{lxxxiii} Entrevista com Juventina Oliveira da Silva realizada em 10 de março de 2024.
- ^{lxxxiv} DOS SANTOS, Op. Cit., 2023, p. 96.
- ^{lxxxv} Caderno de campo, 20 de dezembro de 2024.
- ^{lxxxvi} DOS SANTOS, Op. Cit., 2023, p. 102.

Fontes

CANAL RURAL. **Mercado Agroeconômico**. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/mercado-agroeconomico/>. Acesso em 27 de junho de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 20 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/116274154/dou-secao-1-20-05-2016-pg-9/pdfView>. Acesso em 02 de junho de 2024.

EMATER. **Informações agropecuárias**. Disponível em: https://www.emater.tche.br/site/info-agro/serie_historica.php. Acesso em 27 de junho de 2024.

FRUTINI. **A Empresa**. Disponível em: <https://www.frutini.com.br/a-empresa.php>. Acesso em 27 de junho de 2024.

GAZETA POPULAR. **Anúncio da DEMAR Ltda. Lagoa Vermelha**, nº 33, 26 de agosto de 1972, p.1.

GAZETA POPULAR. **Anúncio da DEMAR Ltda. Lagoa Vermelha**, nº 24, 24 de junho de 1972, p.4.

GODOY, José de Aramis. **Entrevista com José de Aramis Godoy** realizada em 20 de junho de 2024 por Acácio Garcez Carneiro.

IBGE. **Muitos Capões**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/muitos-capoes/panorama>. Acesso em 02 junho 2024.

LIVRO DE BATISMO DA DIOCESE DE VACARIA. **Certidão de batismo de Vicente**, 1891, p.28. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939L-SVWN-2?view=index&action=view>. Acesso em 09 de julho de 2024.

SILVA, Gumerindo Francisco. **Entrevista com Gumerindo Francisco da Silva** realizada em 20 de junho de 2024.

SILVA, Juventina Oliveira da. **Entrevista com Juventina Oliveira da Silva**, realizada em 10 de março de 2024 por Acácio Garcez Carneiro.

SILVA, Terezinha de Jesus da. **Entrevista com Terezinha de Jesus da Silva**, realizada em 10 de março de 2024 por Acácio Garcez Carneiro.

Referências

AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. **Famílias negras no Planalto Médio do Rio Grande do Sul (1940-1960)**: terra, migração e relações familiares. Dissertação (Mestre em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

ALVES, Clóvis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)**. Dissertação (Mestre em História). Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2013.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Maria Antonieta. Apresentação. In: **Usos e abusos da História Oral**. 8a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.VII – XXV.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. (Org.) **Raça: perspectivas antropológicas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 315–350.

BENEDETTI, Adriane Cristina. Narrativas insurgentes: a história sob o ponto de vista quilombola. **História Oral**, v.25, n.2, p.85–102, jul/dez 2022.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de Vida Imperial**. Tradução: Marcela Couto. São Paulo: Elefante, 2021.

CARNEIRO, Acácio Garcez. **Madeira, Trabalho e História: a indústria da madeira em Lagoa Vermelha (1940–1980)**. Passo Fundo: Acervus, 2024.

DOS SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

GALLE, Vitor. **Fatores determinantes da modernização agrícola na região Sul do Brasil**. Dissertação (Mestre em Agronegócios). Palmeira das Missões, Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **História: debates e tendências**, v.16, n.1, p.166–180, jan./jun. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KLANOVICZ, Jó. **Natureza Corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960–1990)**. Tese (Doutorado em História). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

LANA, Naijara Klafke Dalla; WERLANG, Mauro Kumpfer; SALDANHA, Cibele Steffano. Organização espacial do município de Vacaria, RS: reestruturação das cadeias produtivas. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 02, jul./dez. 2018.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912–1916)**. Campinas: Unicamp, 2017.

MOORE, Jason W. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022, p. 128–186.

PINO, Vanda Aparecida Fávero. **Territórios quilombolas em terras do Sul: confluências entre oralidade, história e resistência**. Tese (Doutorado em Letras). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, V.5. n.10, p. 200-216, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n.14, p. 7-24, 1997a.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n.14, p. 25-39, 1997b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES. **Histórico**. Disponível em: <http://www.muitoscapoes.rs.gov.br/historico>. Acesso em 06 de julho de 2024.

RICOEUR, Paul. **A História, a Memória, o Esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RIGO, Vitória; DEBORTOLI, Elísio de Camargo. Dinâmica da produção agropecuária na região dos Campos De Cima Da Serra do Rio Grande Do Sul. In: SOUZA, Wilson José Oliveira de; GOMES, Eduardo Nardini; RODRIGUES, José de Souza. **Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade: energia, produção e novos mercados**. Guarujá-SP: Científica Digital, 2022, p. 38-56.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson; et al. (Orgs). **História oral, desigualdades e diferenças**. Florianópolis: Editora da USFC, 2011, p. 83-96.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, v.5, n.2, p.23-44, ago./dez. 2002.

Recebido: 10/07/2024

Aprovado: 25/11/2024

Publicado: 31/03/2025